# CÁTEDRA DE HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO: O ENSINO DE HISTÓRIA E SUAS DIRETRIZES*

Fernand Braudel

Este relatório dirige-se, ao mesmo tempo, às autoridades universitárias que o solicitaram, ao público que se interessa pelos destinos da nova faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e também – seria necessário dizê-lo? – aos estudantes. Daí ser tão longo. Confessamos que, por um momento, pensamos em abreviar este exame de consciência, limitando-o apenas às suas conclusões úteis e técnicas. Era suficiente apresentar em algumas linhas as soluções que ao nosso ver eram boas e úteis, no que respeitava aos programas, à exposição dos cursos e à orientação dos estudos, para dar ao mesmo tempo a este relatório o seu sentido e a sua eficiência. Se finalmente foi preferida estrada mais longa, foi certamente porque aqui, num país jovem, onde o futuro se dilata sem cessar e ultrapassa mesmo regularmente as promessas do presente, os nossos atos assumem uma gravidade, um alcance que se originam da sua importância e reclamam que sejam meditados, mais longa e minuciosamente pesados do que alhures.

*

* Publicado no *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: 1934-1935*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1937, ps. 113-121.

A denominação desta cátedra – História da Civilização – é por si mesma um programa, e foi isto, por certo, que quiseram os fundadores da Faculdade. Deu-se ao seu titular um domínio sem limites, foram confiados ao seu estudo, no tempo e no espaço os anais completos da Humanidade. Essa atitude era talvez um conselho tácito para que nos elevássemos o quanto possível, acima do que se relaciona exclusivamente com erudição, do que diz respeito à corrida aos armamentos bibliográficos e ao herbanário das instituições. Na África do Norte, na Síria, numerosas ruínas romanas se encontraram tão disfarçadas, que a simples observação no solo não as revelam. Ao contrário, levantamentos aéreos permitiram, ou descobri-las ou melhor compreender o seu conjunto. Elevar-se não é, forçosamente, perder-se nas nuvens ...

O título desta cadeira indica, impõe uma escolha. Implica, de fato, uma definição da história, sobre a qual é necessário que nos detenhamos. O historiador não sente todos os dias necessidade de definir a sua disciplina, a sua exata posição no campo geral da vida intelectual: outros se encarregam disso, não o fazendo sempre de boa fé, ou, o que é a mesma coisa, com competência. Será necessário, porém, definir uma atitude do espírito, tão velha quanto o próprio mundo civilizado? Sempre, de maneira espontânea as sociedades procuram o seu *temps perdu*. A História existe, de fato, desde que a reflexão inteligente despertou, desde as primeiras lendas que o homem cantou... Perigoso privilégio, contudo! Só as ciências sociais, nascidas ontem ou que vão nascer amanhã, é que se procuram definir... No caso delas trata-se da justificação espiritual do seu nascimento; querem viver e é preciso que excluam as outras das suas novas possessões... Não receberam essas ciências, como a História, esta herança secular, este império, estas colônias, todas essas riquezas que tendem menos à ação que à tranqüilidade das velhas potências... Entretanto, simples seria definir qual a finalidade da história tal como ela se afirma neste acervo de centenas de obras essenciais, aparecidas principalmente no curso dos últimos trinta anos, nas obras de um Henri Pirenne, por exemplo, para não citar senão um grande mestre e dos que já não vivem. A História é a mais antiga das ciências sociais, não a única, como bem se pode pensar. É a impotência do nosso espírito e não a dificuldade do objeto – que todavia tem a sua importância – que nos obriga a fragmentar a realidade.

A cada ciência social pertence somente um fragmento de um espelho partido em mil pedaços. Existe, mas muito além das nossas possibilidades, esse espelho intacto em que a sociedade reflete a sua imagem móvel e total. Esta sociedade, objeto das nossas pesquisas, a economia política a estuda nas suas condições de vida material, a estatística sob o signo do número, a geografia no espaço, o direito sob o prisma das obrigações contratuais, a sociologia no seu mecanismo, a etnografia e a etnologia nas suas formas ainda balbuciantes... A História, na sua realidade de ontem... O historiador acrescenta assim à sua tarefa, mais uma dificuldade. Os outros trabalham sobre o que é vivo, o que se vê, o que se mede; o historiador sobre o que já não existe... e aí, embora lhe faltem dados, é a totalidade da vida social que ele procura e recompõe, sem ter à sua disposição, nem o objeto, nem o espelho, um que já não existe, outro que não pertence a este mundo. Desta comparação poderíamos deduzir as dificuldades do nosso *métier*. Mas quem não as conhece? Não serão as ciências apenas uma contínua demonstração da incerteza do saber? Uma dupla verificação atenua estas sombras. A vida social de hoje não teria com a vida das sociedades desaparecidas, múltiplos pontos de semelhança, e o presente não se nos oferece como um laboratório? Invertendo os termos habituais, não podemos nos dizer que a sua luz ilumina o passado? Pirenne declarava só haver compreendido as *vilas-novas* da Europa Medieval depois de ter visto as *boom-cities* da América do Norte. Em segundo lugar, o material vivo, atual, não representa senão uma pequena parte dos fatos sociais inventariados. Assim todas essas ciências sociais que definimos acima, um pouco às pressas, utilizam-se, nove vezes sobre dez, de documentos relativos a sociedades mortas. Esse espetáculo tem algo de reconfortante e de assegurador. Se o fato histórico é um indispensável elemento intelectual para outras ciências, isto já nos é bastante. Só essa certeza justificaria o nosso trabalho porque os fatos históricos somos nós que os criamos e pomos em circulação. Mas, é para nós mesmos que trabalhamos, para atingir o nosso fim: a reconstrução das imagens do passado, a ressurreição das sociedades de outrora. Pirenne que ainda uma vez citamos, dizia que a ilha de Robinson não pertence ao domínio histórico. Só há história dos grupos sociais, e deles devemos dar a história total. Se a história tem probabilidade de ser

uma ciência, não é porque fixa este ou aquele ponto mas porque nos conduz a verificações gerais sobre a sociedade, marcando semelhanças através de acidentes particulares. É nesses raros instantes que ela parece dar-nos a certeza de reconstituir o *espelho* no seu todo. A paisagem está inteiramente por se constituir. Quer se trate da verbiagem da diplomacia, às vezes tão grave, quer da vida política, onde se sintetiza toda a coletividade, quer se trate da história dos grandes homens, vítimas e algozes dos outros, quer seja acerca do preço do pão, do curso das rendas, ou do câmbio, – nenhuma destas minúcias pode ser isolada do conjunto social que com elas se relaciona. O aprendiz-historiador fará bem em tudo ver, em não limitar o seu campo de observação. Reduzir o passado ao que é apenas econômico, é tão absurdo como reduzir toda a série aos fatos políticos, tal como se fazia ainda ontem. Este primeiro aspecto geral nos ensina que os nossos trabalhos devem apreender as sociedades no seu todo. Além disto, devemos reanimar a sua vida. Como o romancista, o historiador cria a vida. Ele a cria de novo sobre o plano da verdade. É esta a sua tarefa, que é bela e nobre. Quem não conhece o enlevo dessa ressurreição do passado, de que fala Michelet, não pode compreender a alegria secreta do historiador nem o papel exato do professor de história, desse mestre de viagens através dos tempos. Historiadores há que o são apenas de nome. São eruditos que se assemelham a químicos que tivessem reunido todos os elementos de uma experiência mas que nunca se decidiram a executá-la, de medo de acender os fornos ou por hábito...



*

Além dos casos de espécie, não é demais dizer alguma coisa sobre o estudante da cadeira de história, fixando–lhes os caracteres: os defeitos evidentes e as qualidades. No capítulo das qualidades, ponhamos desde já o desejo, a necessidade, a paixão de ver tudo do alto, de um pouco alto demais até... um amor inteligente da terra brasileira e, especialmente da terra paulista: é através do seu passado, dos seus ciclos econômicos, da sua vida tão aberta às influências do mundo inteiro, dos seus fastos, que o estudante organiza a sua cultura histórica.

Daí uma visão direta, em certos domínios da história econômica ou moderna, que o estudante da Europa não possui talvez tão justa e tão penetrante. O ponto de

vista brasileiro oferece, sob este aspecto, um preciosa iluminação. Por que não falar também do fervor que alguns, quase todos, mostram pelo estudo e, mais especialmente, pela constituição de uma biblioteca particular, para a qual são feitos grandes sacrifícios? Muitas sombras podem ser também, infelizmente, assinaladas. Falta aos estudantes paulistas, muitas vezes, uma cultura geral de base, sem a qual é difícil progredir com rapidez. É este o problema da formação secundária, sobre a qual aqui se dirá apenas uma palavra para aqueles que desejam, e que ainda podem remediar essa falta. Sem querer aduzir à questão aqui discutida outras considerações sobre o insolúvel ou difícil problema da cultura geral, seja-nos permitido dizer que para quem se destina à História, importa possuir, além das noções históricas, três disciplinas essenciais: o português, o latim e uma sólida cultura filosófica. O latim porque permite apreender o português na maior parte de suas raízes, e porque é necessário que o historiador conheça perfeitamente a sua língua. Ao contrário do filósofo, do sociólogo, do jurista e do médico... O historiador não possui um vocabulário que seja seu, mas usa o de todos, o que, aliás é um bem muito estimável. Não tendo vocabulário seu, apesar de certas tentativas feitas neste sentido, o historiador ganha muito em se utilizar de uma linguagem que está em contato com a vida e com as suas realidades, rica desta vida e destas realidades. Mommsen, Fustel de Coulanges, Henri Pirenne, Maurice Holleaux foram admiráveis escritores. São exemplos dignos de meditação!... Não nos referimos ainda a outras vantagens que o latim traria por si mesmo. É fácil compreender que Roma perde todo o seu sentido para o historiador que nem sequer abordou as declinações. Filosofia, enfim. Entendemos por cultura filosófica, neste caso um *mise en place* do pensamento. Os nossos estudantes, mesmo os melhores – têm uma forte tendência para filosofar sem o saber. Disciplinados neste domínio, desembaraçariam os seus trabalhos da névoa que aí se introduz sob o nome de idéia geral. Segundo a velha forma, é preciso pensar o próprio pensamento.

Haverá quem diga que é muito longa esta lista de exigências. A vida intelectual reclama, sabemos, uma certa coragem. Para preencher esse programa, dispõem os nossos estudantes não somente do seu tempo de aprendizado, mas ainda, dos anos de atividade livre que, para alguns deles, já amanhã vai começar. Ajuntemos ainda

algumas considerações. A cultura intelectual de hoje é uma cultura internacional. Para a História, como aliás para todas as outras atividades do espírito, o conhecimento de línguas estrangeiras é uma necessidade para quem quer participar do concerto das vozes mundiais. Tratando-se de um conhecimento lingüístico o que apenas servirá para a leitura do livro ou do artigo de revista, o esforço para adquirir esses conhecimentos, não é exagerado.

As ciências sociais formam um bloco, uma coalizão. São solidárias. Será sempre útil ao historiador passar em revista os seus métodos, o seu espírito e os seus resultados. A etnografia, a sociologia, a economia política merecem a sua atenção. Se fosse possível organizar cursos complementares para este efeito, muito desejaríamos que os mesmos fossem de natureza especial, concebidos não segundo um aspecto independente, mas servindo como contribuição à cultura histórica. Não falo aqui da ligação com a geografia, que foi muito bem pensada, sendo todavia um tanto rigorosa, pois a mesma prossegue durante os três anos de estudo. Um regime mais amplo e flexível conviria mais, permitindo orientar melhor os estudos e dispô-los mais ao contento das vocações.



O acaso – sempre benéfico – favoreceu a secção de história, dando-lhe como estudantes, alguns juristas. Não é de espantar que conhecedores das fortes disciplinas do direito, esses estudantes se tenham regular e automaticamente posto à frente dos seus companheiros. Esta ligação fortuita, eficiente para o recrutamento de estudantes de valor, não será necessário que a ponhamos ao abrigo de uma ruptura tão fortuita como o seu estabelecimento?

*

O ciclo de estudos é aqui, como para as outras cadeiras, de três anos: o primeiro, consagrado à Antigüidade. O segundo à Idade Média e o terceiro aos Tempos Modernos. Tal é o programa que funcionará a partir de 1936 e cuja responsabilidade incumbe ao autor deste relatório.

Deliberadamente limitamos o ensino da História moderna que, nas faculdades européias tem tendência a ser amplificada. Se assim procedemos foi porque o estudo dos tempos modernos é alcançado diretamente pelo ensino das cadeiras de História

do Brasil e História da América. De outro lado os estudantes já conhecem as linhas gerais da História dos tempos modernos. Daí a necessidade de nos consagrarmos às épocas longínquas, completamente ignoradas. Há além disso vantagem em percorrer lentamente o caminho que leva do Oriente à Grécia, da Grécia à Roma e de Roma aos nossos dias, passando pelas etapas medievais, cuja pujante originalidade e valor hoje se conhece. Pareceu-nos bem ainda fazer viver o estudante nessas épocas tão longínquas e tão diferentes da nossa, épocas em que se deparam obscuridades que não encontramos em outras, mas que são obstáculos úteis para a inteligência que se reflete neste mundo de coordenadas tão particulares, onde se começa a elaborar o que será e o que foi depois a Europa, antes da cesura que fez nascer o Brasil de Portugal... É nessas terras clássicas que o aprendizado do *métier* histórico é o mais direto e o mais proveitoso. Quase todos os historiadores de nomeada mundial foram especialistas de história antiga e medieval. Um último argumento em favor deste programa, – e o melhor: a simpatia evidente dos estudantes por estes severos problemas. Talvez neste domínio, em que as vastas perspectivas não se quebram pela superabundância de minudências, a inteligência brasileira, toda latina, se sente mais à vontade, preferindo esse estudo às longas guerras civis, examinadas ao microscópio, da história moderna da Europa.



Este programa comporta assim uma revisão geral de conhecimentos históricos de base, revisão lenta porque não é constituída pela lembrança de noções já adquiridas mas por contínuos descobrimentos. Daí se conclui que esta tarefa geral vai logicamente tomar o nosso tempo e quase todos os nossos esforços. Esta revisão de noções fundamentais não constitui senão a primeira iniciação. Não é apenas esta a que é necessário dar.

A função desta cadeira é formar mestres para o ensino secundário e para a pesquisa histórica. Tal finalidade não será porém atingida se o ensino não tiver sido feito em profundidade. A cultura histórica não se adquire nos *manuais* nem nas obras essenciais. Ela se adquire no domínio da história que se cria, no meio de verdadeiras dificuldades, nas penas e nas alegrias da pesquisa... Encaminhar os estudantes para esse campo avançado, – que tentação, mas que pesado dever!... Ensinar-lhes as disciplinas auxiliares da história, a arqueologia, a epigrafia, a paleografia, e

orientá-los até um dos múltiplos setores do nosso domínio, ligá-los a pesquisas dignas da erudição brasileira, tudo isto é reconhecer a necessidade da especialização. Recomendávamos ainda há pouco a cultura geral. Sabe-se entretanto que ela é apenas um meio, e apenas isso. Dispersar o espírito, abri-lo para novos horizontes – sim, – mas para concentrar depois com todas essas riquezas adquiridas, com toda a sua dureza e eficiência sobre uma tarefa vigorosa e que seja particular. É preciso num dado momento aprofundar-se na História se se quer marcar nela utilmente um lugar próprio. Ora, a especialização não encontra o seu lugar no programa já supercarregado de matéria dos nossos três anos. Além disso, os estudantes são solicitados por diferentes trabalhos em cadeiras vizinhas, chamados mesmo para fora da Universidade. Assim, não é boa vontade o que lhes falta, é apenas tempo. Aplaudimos, pois, a organização inteligente do curso de doutoramento, modelado segundo o das faculdades francesas de letras. A cultura geral se impõe e a especialização é uma questão de liberdade e de vocação. É preciso somente assegurar a vida material daqueles que hão de ser os primeiros doutores da nossa faculdade.



Dir-se-ia que esta formação, levada a um grau mais elevado, e que se coroa com o doutoramento, não convém ao professor secundário de história ou de geografia, que esta cadeira, em parte deve formar. As últimas palavras deste relatório serão consagradas a essa questão. Para o professor secundário, o indispensável, é a bagagem de conhecimentos gerais. O licenciamento assegura esta aquisição. Mas não há apenas o estritamente necessário... Na mais afastada das cidades do Estado de São Paulo, o professor deve continuar a pertencer ao mundo dos intelectuais, e acima de sua tarefa quotidiana é preciso que ele não perca a ligação com esse mundo. Conhecemos aqui, como em toda parte, o perigo social que representa o professor que não trabalha, que não estuda... Ora, é só no seu cantão especializado que o professor poderá manter a inteligência desperta. A inteligência do professor – não é isto o essencial? Sem a especialização, pode a inteligência exercer-se útilmente? Se o leitor refletir e tender para as soluções que apresentamos, este artigo não terá sido, talvez, de todo inútil para o que diz respeito ao futuro universitário do Brasil.